

Relatório e Contas



Empreendimentos Hidroeléctricos
do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA

2014

† Órgãos Sociais		Página 2
† Relatório de Gestão		
- <i>Relatório de Gestão</i>		4
† Documentos de Prestação de Contas		
- <i>Demonstração dos resultados por natureza</i>		24
- <i>Balanço</i>		25
- <i>Demonstração das alterações no capital próprio</i>		26
- <i>Demonstração de fluxos de caixa</i>		27
- <i>Anexo às demonstrações financeiras</i>		28
† Relatório e Parecer do Conselho Fiscal		
- <i>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</i>		69
† Certificação Legal das Contas		
- <i>Certificação Legal das Contas</i>		71
† Informação sobre a Situação Económica e Financeira		
- <i>Relatório de Execução Orçamental</i>		



ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Manuel Orlando Fernandes Alves

Presidente

Fernando Eirão Queiroga

Vice-presidente

António Cândido Monteiro Cabeleira

Secretário

Conselho de Administração

Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Presidente

António Alberto Pires Aguiar Machado

Administrador

Rui Manuel Vaz Alves

Administrador

Fiscal Único

Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, em representação de

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2014

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2014.

Introdução

A EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., doravante designada por EHATB ou sociedade, tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local.

Autón

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.



Estrutura Societária

O capital social da Empresa ascende a **900.000 €**, repartido da seguinte forma:

Sócios	PAÍS DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE	PARTICIPAÇÃO DIRECTA NO CAPITAL		PARTICIPAÇÃO DIREITOS DE VOTO
		%	€	%
Município de Boticas	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Chaves	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Montalegre	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Ribeira de Pena	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Valpaços	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Vila Pouca de Aguiar	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Total		100,00%	900.000,00	100,00%

Ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, em 2014, foi efetuada a Fusão, por incorporação, das sociedades **Ehatb**-Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A (sociedade incorporante), e **EEA**-Empreendimento Eólico de Alvadia, EIM, Lda,. (sociedade incorporada).

Esta operação foi já vertida nas demonstrações financeiras em apreço, o que justifica a significativa variação registada naqueles documentos.

Evolução dos negócios

A atividade da sociedade em 2014 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 64,7% do total, dos Parques Eólicos de Mairós, Leiranco, Casa da Lagoa e ainda do Parque Eólico do Alvão a partir do mês de Novembro.

À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alva dia e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Eólica da Padrela Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,

Para além da atividade de produção de energia da sociedade desenvolvida no ano de 2014, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana” e a “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal”.

Centros Produtores

Desde a sua criação, as diversas Administrações procuraram ao longo dos anos seguir uma estratégia de diversificação dos negócios, com vista à criação de alicerces que permitiriam acrescentar valor à sociedade e atingir um nível elevado de rentabilidade para os acionistas, quer com a exploração de centros produtores próprios, quer com a participação no capital de diversas empresas, maioritariamente produtores de energia, quer hídrica quer eólica.

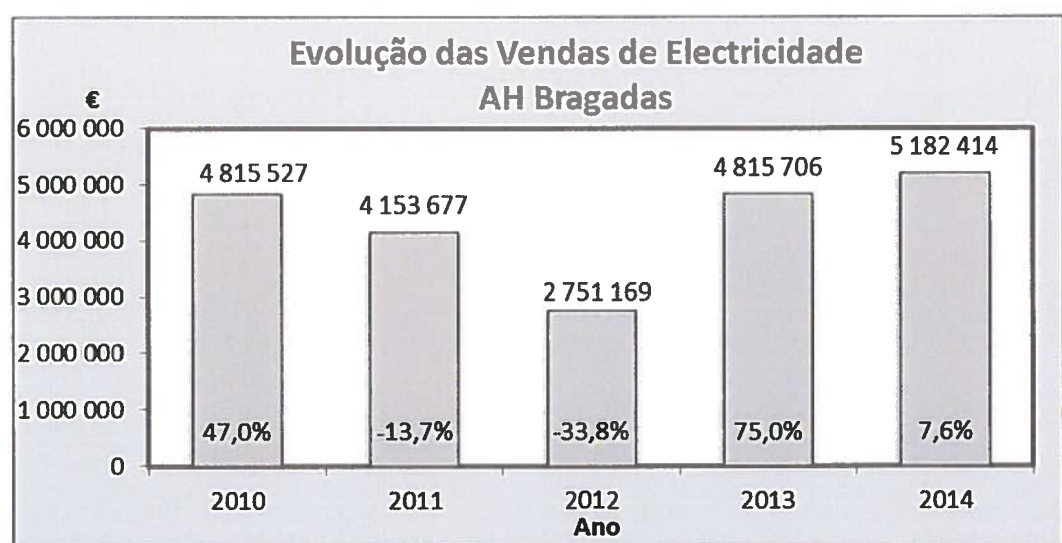
Com o final da reestruturação da empresa, motivada pela lei 50/2012 de 31 de agosto, da qual resultou a eliminação das participações até então detidas, a criação de valor ficou agora resumida à produção de energia proveniente dos seguintes centros produtores:

- **Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas**

O Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas localiza-se no Rio Beça, concelho de Ribeira de Pena. É constituído por uma barragem, uma conduta de derivação, um túnel, uma conduta forçada, uma central hidroelétrica, uma subestação e um canal de restituição. Com uma queda bruta de 140 m, foi concebido para turbinar um caudal máximo de 8,2 m³/s. É constituído por 2 grupos geradores de 10 MW.

O aproveitamento produziu 53.241 MWh, mais 3.681 MWh do que no ano anterior, o que correspondeu a 6.067 horas equivalentes à potência máxima.

No ano de 2014 teve uma faturação superior à prevista para um ano médio, correspondendo a um acréscimo em relação ao ano de 2013 de 7,6%.

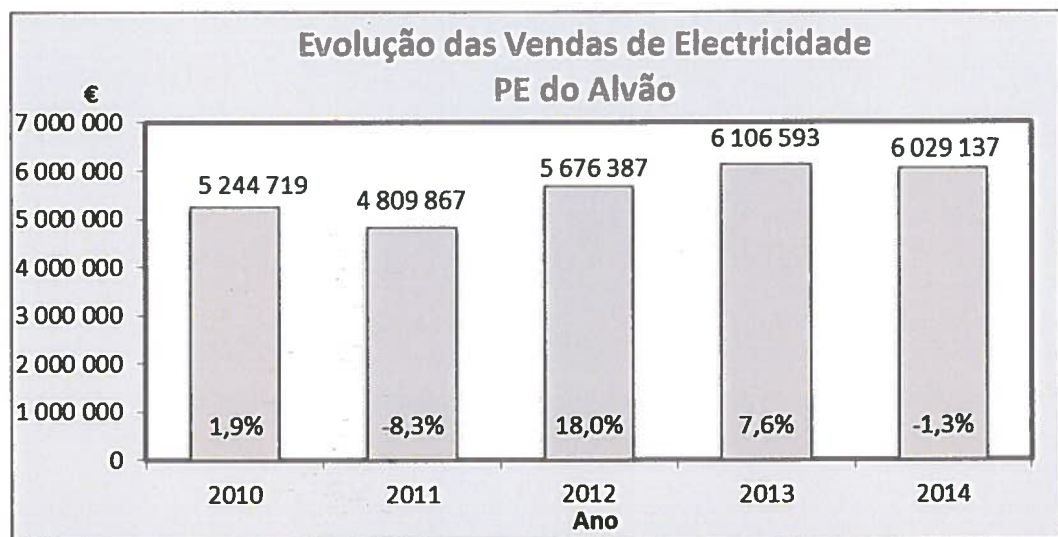


- **Parque Eólico do Alvão**

O Parque Eólico do Alvão, localizado na Serra do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar é constituído por 12 aerogeradores e 22,8 MW de potência instalada.

Em 2014 este Parque Eólico produziu 58 869 MWh, menos 4 800 MWh do que no ano anterior, o que correspondeu a 2.753 horas equivalentes à potência máxima.

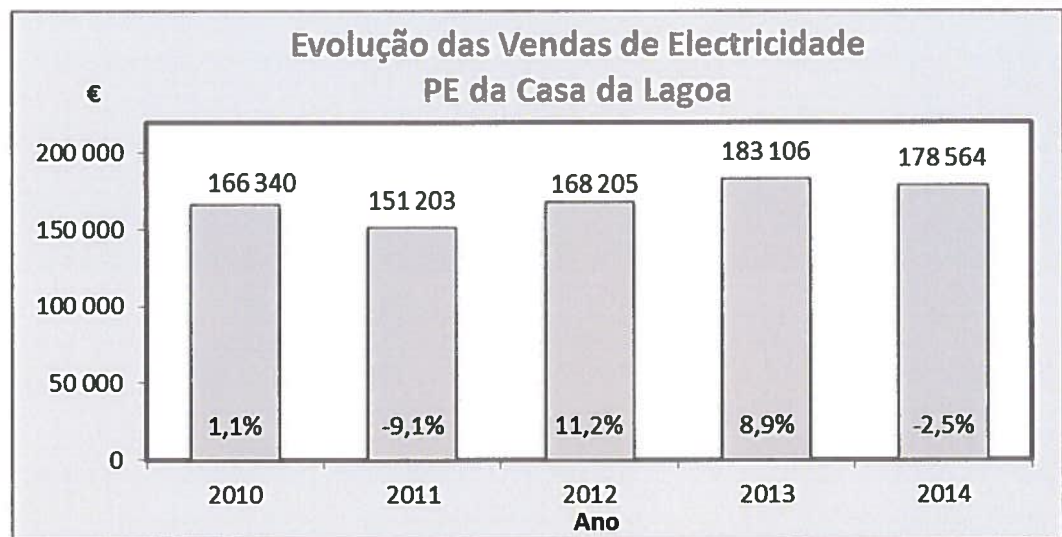
Este Parque Eólico, após a fusão da EEA na EHATB, contribuiu com 1.008.686 € nos ganhos desta empresa, referente aos meses de Novembro e Dezembro.



- **Parque Eólico da Casa da Lagoa**

O Parque Eólico da Casa da Lagoa, localizado na Serra da Padrela, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, é constituído por um aerogerador de 600 KW.

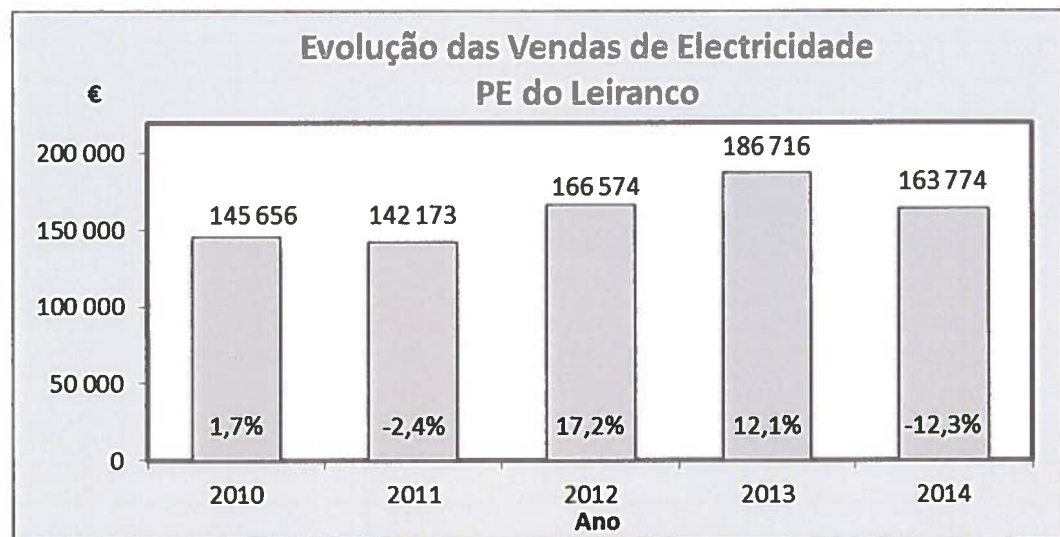
Registou 2.822 horas equivalentes à potência máxima, o que representou uma produção total de 1.798 MWh, correspondendo a um volume de vendas de 178.564 €.



- **Parque Eólico do Leiranco**

O Parque Eólico do Leiranco, localizado na Serra do Leiranco, no concelho de Boticas, é constituído por um aerogerador de 600 KW.

Registou 2.474 horas equivalentes à potência máxima, o que representou uma produção líquida total de 1.576 MWh, a que correspondeu um volume de vendas de 163.774 €.

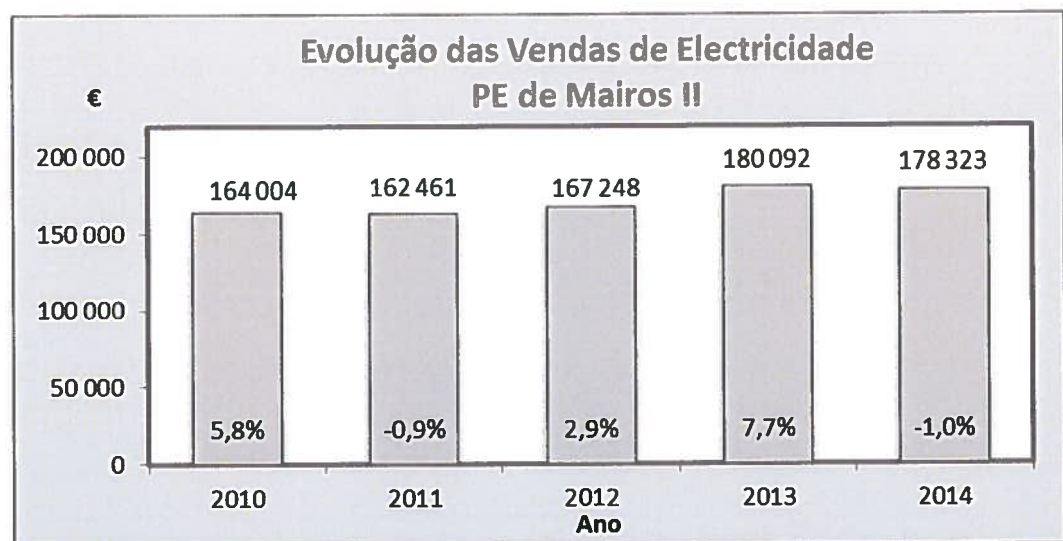
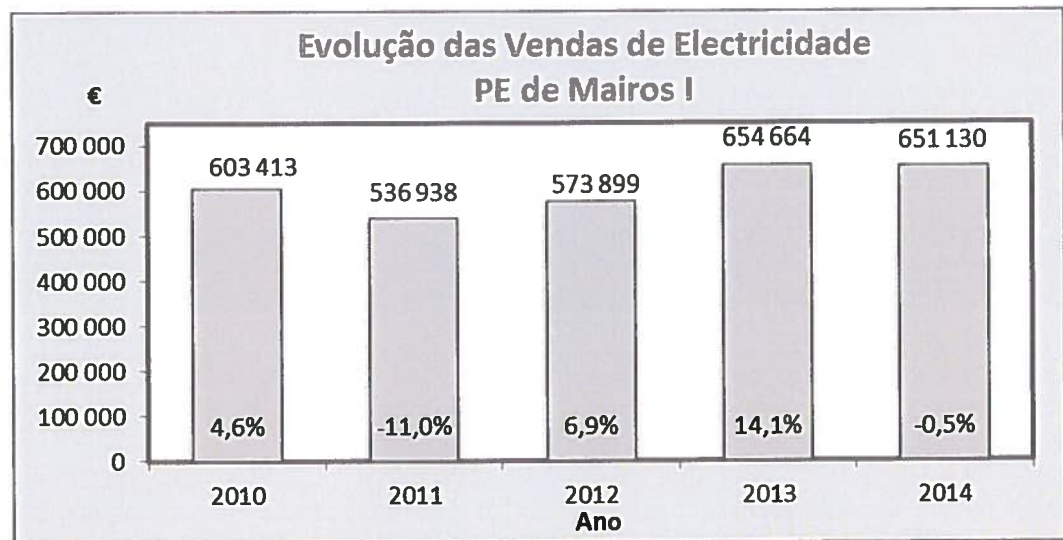


- **Parques Eólicos de Mairós**

O Parque Eólico de Mairós I constituído por dois aerogeradores, um com 2000 kW e outro com 600 kW de potência, e do “Parque Eólico de Mairós II” constituído por um aerogerador com 600 kW de potência, ambos localizados junto ao marco geodésico de Mairós, na freguesia de Mairós, concelho de Chaves.

O Parque Eólico de Mairos I registou 2.389 horas equivalentes à potência máxima o que representou uma produção total de 6.211 MWh, correspondendo a um volume de vendas de 651.130 €.

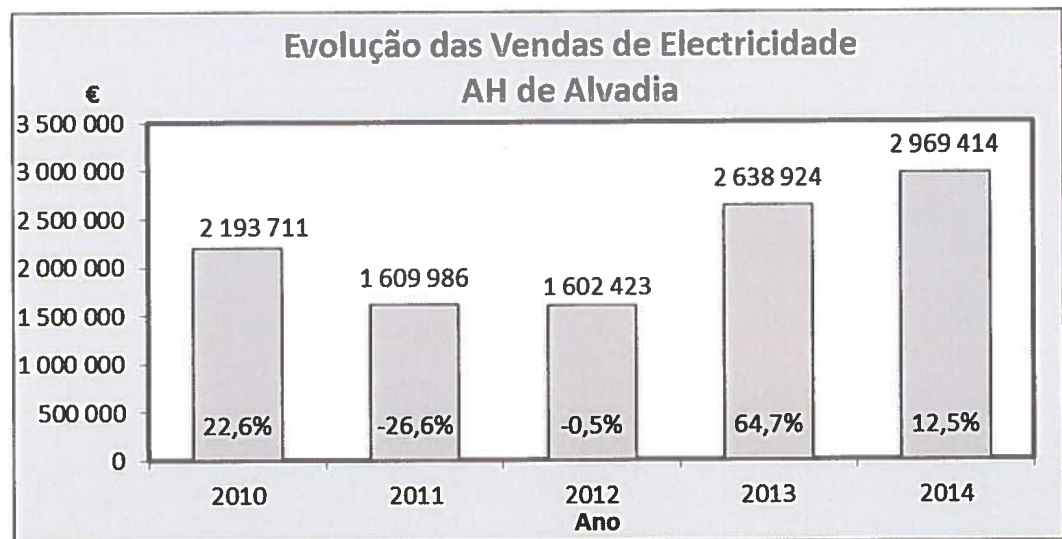
O Parque Eólico de Mairos II registou 2.840 horas equivalentes à potência máxima o que representou uma produção líquida total de 1.809 MWh, correspondendo a um volume de vendas de 178.323 €.



Aproveitamento Hidroeléctrico de Alvalia

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Alvalia localiza-se no Rio Poio, afluente do Rio Tâmega, concelho de Ribeira de Pena. Está equipado com 2 grupos geradores de 10 MW.

No âmbito do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvalia, pertencente às Câmaras Municipais do Alto Tâmega, a empresa desenvolveu diversos trabalhos e tarefas relacionados com a sua gestão, controle do empreendimento, vistorias periódicas às obras e ao equipamento, elaboração de relatórios diários, análise do funcionamento dos equipamentos e registo de todas as operações de manutenção e de exploração. Durante o ano de 2014 teve uma faturação superior ao ano anterior de 12,52 %.





Evolução previsível da sociedade

O cumprimento do disposto na lei 50/2012 de 31 de agosto teve um impacto significativo na vida da sociedade. De facto, em particular com a alienação, a título gratuito de participações sociais detidas, e com a fusão por incorporação de outras, a estrutura dos ativos não correntes e dos capitais próprios sofreram enormes alterações, quer no exercício anterior quer no presente exercício. Recordamos que a conta “investimentos financeiros” incluía ainda o valor de €, 5.819.213, relativo à participada “EEA – Empreendimento Eólico de Alvadia, EIM, Lda”, cujo registo de fusão teve lugar no dia 31 de Outubro de 2014.

Apesar disso, a empresa irá continuar com o desenvolvimento das atividades relacionadas com a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, dos Parques Eólicos da Casa da Lagoa, do Leiranco, Mairós I e II, do Alvão, da gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia e ainda da prestação de serviços de assessoria, às empresas agora detidas pelos Municípios o que assegurará a continuação de um desempenho rentável e o cumprimento dos contratos programa celebrados com os municípios acionistas.

Análise Económica e Financeira

Rendimentos e ganhos

No exercício de 2014, o total das vendas da energia à EDP Distribuição SA., atingiu 7.768 229 €, tendo sido, à imagem de anos anteriores, fortemente influenciado pela exploração do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, cuja faturação se cifrou em 5.182.414 €, mais 7,6% do que ano anterior.

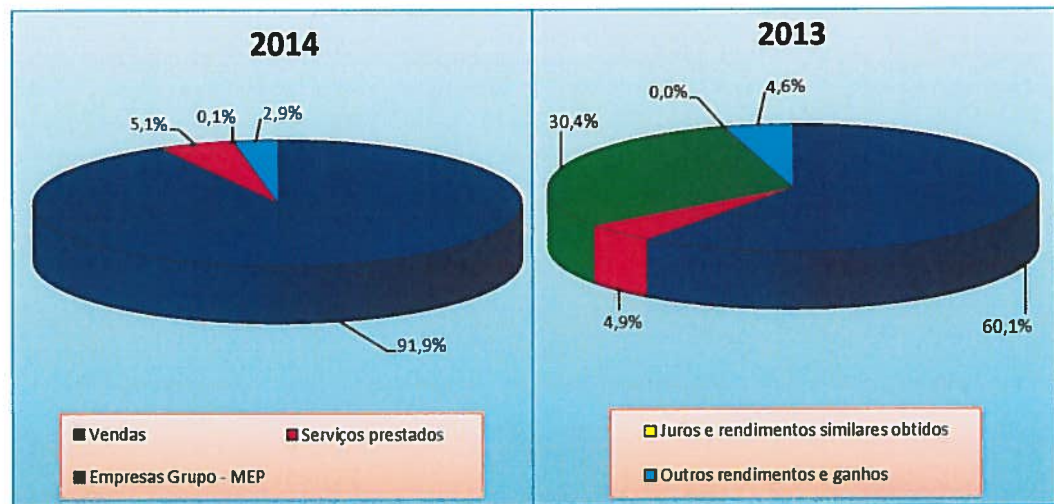
Também contribuíram para os ganhos deste exercício:

- os serviços prestados de assessoria à gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvia, e às empresas: Atberg, Padrela, Barroso, Atilho, Barbadães, Leiranco e Serra de Mairos atingiram o montante de 405.282 €, mais 2,13 % face ao ano anterior;
- o reconhecimento dos subsídios ao investimento no montante de 225.709 dos quais 80.170 €, resultam da fusão das empresas Eólica de Barbadães, Unipessoal Lda, Eólica do Leiranco, Unipessoal Lda e Eólica da Serra de Mairos, Unipessoal, Lda, e ainda da EEA-Empreendimento Eólico de Alvia.
- os juros obtidos de depósitos bancários no montante de 6.647 €;

Nestes termos os rendimentos globais da sociedade diminuíram 1.73% face ao exercício anterior, cifrando-se nos **8.008 063 €** (8.149.065 € em 2013).

Rendimentos e Ganhos	2014	2013
Vendas de energia	7 768 229 €	4 901 386 €
Serviços Prestados de Assessoria	405 281 €	396 829 €
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias	233 187 €	2 848 971 €
Juros Obtidos depósitos bancários	6 646 €	1 879 €
TOTAL	8 008 063 €	8 149 065 €

Estrutura dos Rendimentos



Como se pode verificar, pela análise do gráfico, acima, as vendas de energia são agora a principal fonte de rendimento da empresa, uma vez que com a reestruturação operada, (alienações e fusões das participações sociais detidas pela EHATB) a empresa deixou de deter participações sociais, o que provocou o esvaziamento da rubrica “Empresas do Grupo – MEP”.

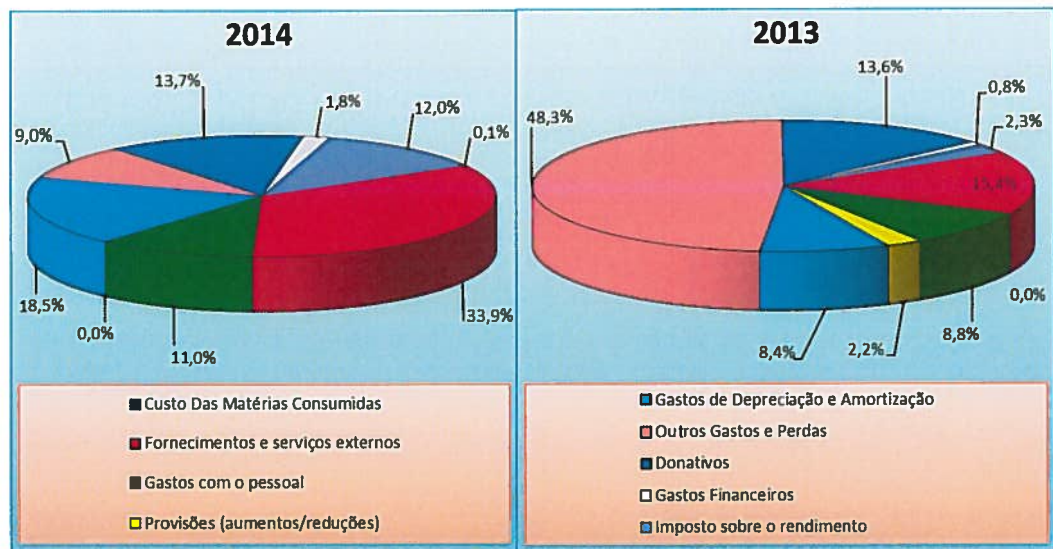
Assim, face ao período anterior, as receitas provenientes da venda de energia elétrica dos centros produtores “Hídricos e Eólicos” registaram um peso relativo no total dos rendimentos de 91,9%, contra os 60,1%, do período anterior.

Gastos

Os gastos registados no exercício de 2014, no montante de **5.782.980 €**, traduzem os dispêndios associados quer á atividade de produção de energia quer à satisfação dos objetivos traçados para a execução das atividades dos contratos programa.

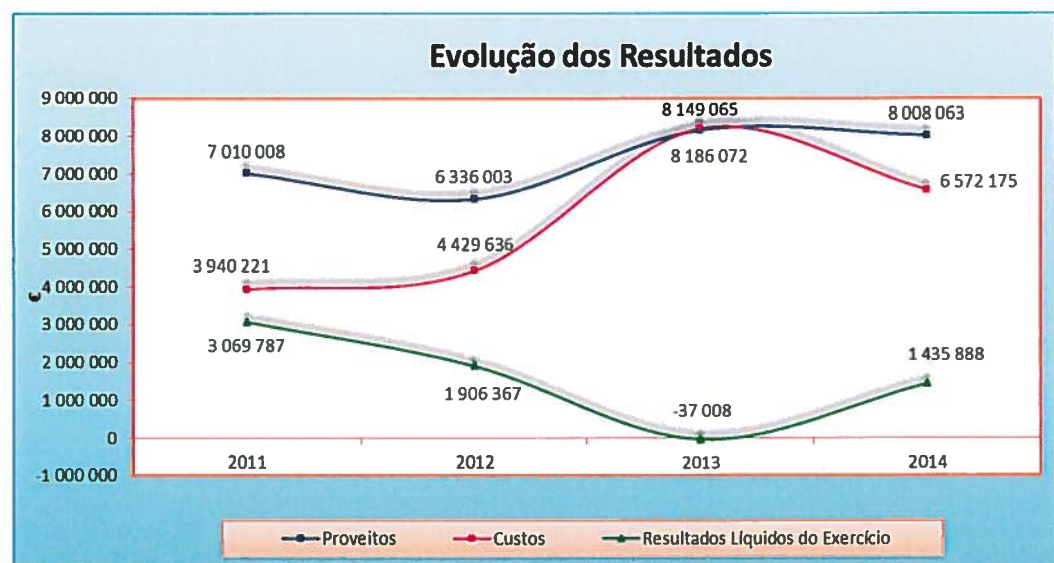
Gastos e perdas	2014	2013
Fornecimentos e Serviços externos	2 228 932 €	1 263 989 €
Gastos com pessoal	721 701 €	722 876 €
Outros gastos e perdas	1 497 144 €	5 074 121 €
Gastos, depreciações e amortizações	1 213 524 €	683 976 €
Juros e gastos suportados - Financiamentos	118 163 €	68 720 €
Outros custos	3 516 €	1 559 €
Imposto sobre o rendimento	789 195 €	187 332 €
TOTAL	6 572 175 €	8 186 072 €

Estrutura de Gastos



Comparando os dois gráficos, verificamos uma diminuição no peso geral dos gastos, da rubrica "Outros Gastos e Perdas" devido em 2013 ter sido registado a alienação das participações a título gratuito aos Municípios acionistas.

Resultados



O resultado líquido do exercício, após impostos, tendo em conta os fatores atrás mencionados, registou um aumento acentuado face ao ano anterior, passando de 37.008 € negativos para 1.435.888 € positivos.

Indicadores Económicos e Financeiros

No exercício de 2014 a EHATB, continua a apresentar indicadores económico-financeiros equilibrados, a saber:

INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2014	2013
Volume de Negócios	7 768 229	5 298 215
<i>taxa de crescimento</i>	47%	
Outros ganhos operacionais	233 187	2 848 971
<i>taxa de crescimento</i>	-92%	
Ganhos Totais	8 008 063	8 149 065
<i>taxa de crescimento</i>	-2%	
Gastos Operacionais	5 664 817	7 930 020
<i>taxa de crescimento</i>	-29%	
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	3 550 123	901 143
<i>% EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios</i>	46%	
EBIT - (Resultado antes de gastos de financiamento e impostos)	2 336 599	217 166
<i>% EBIT: EBIT/Volume de Negócios</i>	30%	0
Ganhos Financeiros	6 647	1 879
Gastos Financeiros	118 163	68 721
<i>% GF/(Volume de Negócios)</i>	1,5%	1,3%
Resultado Financeiro	-111 516	-66 842
<i>% RF/(Volume de Negócios)</i>	-1,4%	-1,3%
Resultado líquido do período	1 435 888	-37 008
<i>% RL/(Volume de Negócios)</i>	18,5%	-0,7%

Indicadores de Rentabilidade	2014	2013
<i>Resultado Líquido</i>	1 435 888	-37 008
<i>Rentabilidade das Vendas: RL/Vendas</i>	19,5%	-0,8%
<i>Rentabilidade do Ativo</i>	5,6%	-0,2%
<i>Rentabilidade dos capitais Próprios</i>	10,4%	-0,3%
<i>Free Cash Flow</i>	2 165 223	1 819 632

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2014	2013
<i>Liquidez Geral:</i>	1,85	1,96
<i>Liquidez Imediata</i>	1,11	1,20
<i>Autonomia Financeira</i>	0,53	0,59
<i>Solvabilidade</i>	114,8%	142,0%
<i>Individamento ("Debt to Equity")</i>	0,87	0,70

A sociedade atingiu, em 2014, resultados antes de impostos positivos no montante de 2.225.082,74 cumprindo, assim, com o disposto no artigo 40.º da Lei 50/ 2012.



Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido apurado neste exercício foi de **1.435.887,95 €**.

A este valor propõe este Conselho de Administração a seguinte aplicação, conforme estabelece a al. f) do n.º 5 do artigo 66.º do CSC.

- | | |
|-------------------|-----------------------|
| • Reservas Livres | 35.887,95 € |
| • Dividendos | 1 400 000,00 € |

Mais se informa que, como é do conhecimento dos Municípios acionistas, a distribuição de dividendos está dependente de “comunicação prévia” à entidade financiadora.

Registe-se ainda que a rubrica “Resultados Transitados” assume o valor de 5.572.244,93 euros que se propõe ser transferido também para “Reservas Livres”

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Em Janeiro de 2014, foi solicitada informação vinculativa à AT sobre o enquadramento jurídico-tributário da operação de transmissão gratuita efetuada aos Municípios acionistas das participações sociais anteriormente detidas pela empresa, em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

A resposta obtida foi no sentido de a totalidade da menos-valia gerada não ser considerada fiscalmente aceite.

Nestas circunstâncias, e porque a estimativa de imposto registada nas contas reportadas a 2013, teve em conta que 50% dessa menos valia seria fiscalmente aceite, procedeu-se, ainda em final de 2014, à entrega de uma declaração modelo 22 de substituição e ao pagamento imediato do correspondente imposto em falta.

As responsabilidades adicionais daí resultantes deverão ser conhecidas já neste ano de 2015, sendo certa a respetiva reclamação por parte da empresa, considerando as boas práticas que sempre se observou em relação a este processo fiscal, face às legítimas dúvidas que o mesmo suscita.

Notas Finais

De referir que, no exercício, não se registaram quaisquer operações sobre quotas próprias.

Igualmente não foram concedidas autorizações ao abrigo do Art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais para negócios entre a Sociedade e seus Administradores.

No final do exercício não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

No decurso dos exercícios de 2010 e 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeções Tributárias aos exercícios de 2008 e 2009, na sequência das quais, foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao seu pagamento, das liquidações apresentadas.

Relativamente à ação, referente ao exercício de 2008, está marcada a audiência de testemunhas para o próximo mês de Junho.

A EHATB, EIM, SA. é Ré na ação 12/15.0T8VPA, que opõe o Conselho Diretivo de Baldios de Viduedo contra a freguesia do Alvão (agregação das freguesias de Afonsim, Gouvães da Serra e Santa Marta da Montanha), na qual aquele Conselho Diretivo pretende que lhe seja reconhecido em exclusivo a administração dos terrenos integrados na unidade de baldios de Viduedo, onde segundo estes se encontram instaladas duas torres eólicas, e por isso caber-lhes a eles receber o valor da renda a que alude o contrato constituição de direito de superfície sobre os terrenos baldios celebrado entre a EEA e a extinta freguesia de Santa Marta da Montanha, agora freguesia do Alvão.

A EHATB tem, também, pendente uma ação de impugnação relativa ao resultado da 2ª avaliação, efetuada pela AT, para efeitos de inscrição matricial, de todos os Parques Eólicos, bem como da liquidação do IMI, a eles relacionado, relativos a anos anteriores. Uma vez que todas as liquidações apresentadas foram pagas, a responsabilidade da EHATB, subsume-se ao pagamento dos honorários a liquidar à Sociedade de Advogados ABCC- Sociedade de Advogados, RL, e das custas do processo.

O Conselho de Administração da EHATB, entende que estas e eventuais revisões e correções das declarações fiscais dos exercícios em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

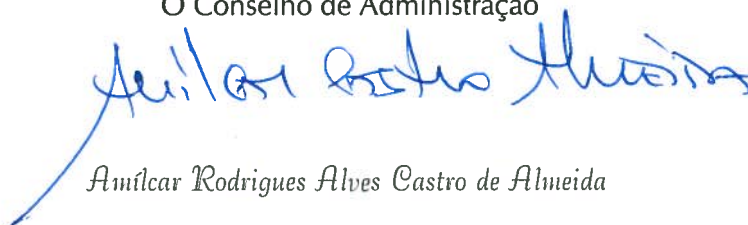
Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Grupo Caixa Geral de Depósitos pelo apoio concedido;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração prestada;
- Aos acionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 10 de Março de 2015

O Conselho de Administração



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida



António Alberto Dires Aguiar Machado



Rui Manuel Vaz Alves

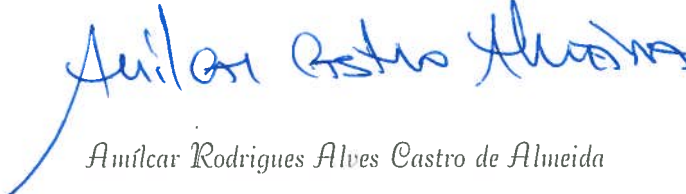
Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Grupo Caixa Geral de Depósitos pelo apoio concedido;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração prestada;
- Aos acionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 10 de Março de 2015

O Conselho de Administração



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida



António Alberto Pires Aguiar Machado



Rui Manuel Vaz Alves

Juliana



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-Dez-2014	31-Dez-2013
Vendas e serviços prestados	5	7 768 228,99	5 298 215,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-3 515,76	-1 558,61
Fornecimentos e serviços externos	7	-2 228 932,11	-1 263 989,13
Gastos com o pessoal	8	-721 700,75	-722 876,99
Provisões (aumentos/reduções)			-183 497,40
Outros rendimentos e ganhos	9	233 187,10	2 848 971,02
Outros gastos e perdas	10	-1 497 144,34	-5 074 121,17
EBITDA:Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 550 123,13	901 142,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 E 15	-1 213 524,32	-683 976,68
EBIT:Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 336 598,81	217 166,06
Juros e rendimentos similares obtidos	11	6 646,60	1 878,52
Juros e gastos similares suportados		-118 162,67	-68 720,59
Resultado antes de impostos		2 225 082,74	150 323,99
Imposto sobre o rendimento do período	12.1	-836 579,17	-218 763,76
Imposto Diferido	12.2	47 384,38	31 431,87
Resultado líquido do período		1 435 887,95	-37 007,90



BALANÇO			
ATIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-2014	31-Dez-2013
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2-A; 13	13 456 510,34	4 066 293,39
Ativos intangíveis	3.2-B; 14	4 420 588,67	4 847 443,75
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3.3.; 15		5 819 212,51
Outros activos financeiros	16	233,64	
Ativos por impostos diferidos	17	37 240,54	20 523,88
SOMA		17 914 573,19	14 753 473,53
Ativo corrente			
Inventários	6	30 672,35	30 683,80
Clientes	18	26 742,45	40 434,65
Estado e outros entes públicos	25		51 292,40
Outras contas a receber	19	2 548 237,42	971 946,48
Diferimentos	20	529 352,35	513 710,11
Caixa e depósitos bancários	4	4 703 329,96	2 538 106,61
SOMA		7 838 334,53	4 146 174,05
TOTAL DO ACTIVO		25 752 907,72	18 899 647,58
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		900 000,00	900 000,00
Reservas legais	21.1	1 118 811,18	1 118 811,18
Outras reservas	21.2	2 148 679,89	1 145 786,29
Resultados transitados	21.3	5 572 244,93	3 212 676,02
Ajustamentos em activos financeiros	21.4		2 603 897,17
Outras variações no capital próprio	21.5	2 586 614,75	2 146 567,39
SOMA		12 326 350,75	11 127 738,05
Resultado líquido do período		1 435 887,95	-37 007,90
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		13 762 238,70	11 090 730,15
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	22	337 441,49	327 441,49
Financiamentos obtidos	23	6 394 049,13	4 511 435,38
Passivos por impostos diferidos	17	687 581,13	715 522,44
Outras contas a pagar	22	337 838,00	140 053,00
SOMA		7 756 909,75	5 694 452,31
Passivo corrente			
Fornecedores	24	102 762,69	172 874,05
Estado e outros entes públicos	25	1 121 054,95	464 087,63
Financiamentos obtidos	23	2 714 817,78	1 344 774,80
Outras contas a pagar	26	295 123,85	132 728,64
TOTAL DO PASSIVO		11 990 669,02	7 808 917,43
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		25 752 907,72	18 899 647,58

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores de capital							Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas Legais	Outros Reservas	Resultados Transitados	Ajust. Em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (A)	900 000,00	1 118 811,18	1 145 786,29	3 212 676,02	2 603 897,17	2 146 567,39	-37 007,90	11 090 730,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos por impostos diferidos				-52 149,17		28 032,31		-24 116,86
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			1 002 893,60	2 411 718,08	-2 603 897,17	412 015,05	37 007,90	1 259 737,46
(B)	0,00	0,00	1 002 893,60	2 359 568,91	-2 603 897,17	440 047,36	37 007,90	1 235 620,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (C)							1 435 887,95	1 435 887,95
(E)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FINAL DO PERÍODO (F) (F=A+B+C+E)	900 000,00	1 118 811,18	2 148 679,89	5 572 244,93	0,00	2 586 614,75	1 435 887,95	13 762 238,70

António

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	31-Dez-2014	31-Dez-2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	8 415 550,49	6 689 402,14
Pagamentos a fornecedores	-2 425 313,68	-1 716 040,32
Pagamentos ao pessoal	-718 955,38	-686 412,23
Caixa gerada pelas operações	5 271 281,43	4 286 949,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-705 066,79	65 174,21
Outros recebimentos/pagamentos	-2 321 670,38	-2 303 475,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	2 244 544,26	2 048 647,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-101 266,48	-61 618,64
Investimentos financeiros		-2 525,18
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	1 671 168,39	406 772,35
Juros e rendimentos similares	1 954,42	1 318,14
Dividendos		914 405,77
Fluxos de caixa das actividades de investimento (B)	1 571 856,33	1 258 352,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 570 735,58	-961 827,69
Juros e gastos similares	-80 441,69	-73 803,48
Dividendos		-451 737,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	-1 651 177,27	-1 487 368,17
Variação de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	2 165 223,32	1 819 632,10
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 538 106,64	718 474,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 703 329,96	2 538 106,64

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Designação Da Entidade

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de Julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502227842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502227842, ao abrigo do artigo 19º da lei 50/2012 de 31 de Agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social:

Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.



2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, estas demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

3 — Principais Políticas Contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 - Principais Políticas Contabilísticas Adotadas Na Preparação Das Demonstrações Financeiras

A - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos não são amortizados.

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método da linha reta e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que

benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por Imparidade” da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

B – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços.

Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EHATB, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de Janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

No negócio da EHATB, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, sendo aplicável o “Modelo de Ativo Intangível”.

C – Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

C₁ - Clientes e Contas a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a EHATB fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são mensurados pelo valor nominal menos quaisquer perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objetiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objetiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

C₂ - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

C₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a

empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

C₄ - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação incorridos, quando relevantes.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

D - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo, "especialização dos exercícios". As diferenças entre os montantes recebidos

e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras Contas a Pagar”, “Outras Contas a Receber” e/ ou “Diferimentos”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes”, “Outros ativos não correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

E - Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

F - Subsídios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os Subsídios ao investimento não reembolsáveis, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio da empresa, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos relacionados com os subsídios do Governo.

G - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos doze períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70 % do respetivo lucro tributável, nos termos do artigo 52.º do CIRC.

É convicção da Administração, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

H – Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

I - Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados, também, como não correntes.

J- Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

K — Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 – Reorganização da Estrutura da Empresa

O novo regime jurídico do sector empresarial local previsto na lei 50/2012, de 31 de agosto, com o objetivo de acabar com a "segunda linha" de participações sociais detidas por empresas locais, veio consagrar para o futuro, conforme dispõe o artigo 38º, a proibição

destas empresas, como é o caso da EHATB, de constituírem ou adquirirem quaisquer participações em sociedades comerciais, ferindo de nulidade os atos e contratos praticados ou celebrados em sua violação, e, relativamente às participações detidas à data da publicação da lei pelas mesmas empresas, estipulou o artigo 68º a adoção de duas soluções alternativas: a dissolução das respetivas sociedades ou a sua alienação, que poderá ser a título gratuita, se o adquirente for alguma das entidades públicas titulares dessas participações.

Para além destas soluções, a lei permite ainda, no que respeita às empresas locais, proceder à sua fusão, à sua integração em serviços municipalizados ou à internalização nos serviços das entidades públicas participantes da respetiva atividade, conforme dispõem os artigos 64º e 65º.

Nestas circunstâncias, em 2014, executou a seguinte operação:

- A. Fusão, por incorporação, da sociedade **EEA - Empreendimento Eólico de Alvaldia, Lda.** (sociedade incorporada) na **EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A** (sociedade incorporante).

Esta operação foi já vertida nas demonstrações financeiras em apreço, o que justifica várias alterações na estrutura de balanço agora apresentado.

3.4 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

O Conselho de Administração considera que as decisões tomadas e as escolhas por si efetuadas foram as mais apropriadas, em relação a eventuais alternativas existentes aos tratamentos contabilísticos que foram adotados pela Empresa.

Nessas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

4 — Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses).

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

Disponibilidades	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Caixa	358,14	231,71
Numerário	358,14	231,71
Depósitos bancários	4 702 971,82	2 537 874,90
Depósitos à ordem	3 020 247,40	2 473 974,90
Outros depósitos bancários	1 682 724,42	63 900,00
Caixa e depósitos bancários	4 703 329,96	2 538 106,61

5 — Vendas e Serviços Prestados

O volume de negócios da Empresa para os períodos em análise, foi o seguinte:

Volume de Negócios	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Vendas	7 362 947,10	4 901 385,78
Prestação de Serviços	405 281,89	396 829,24
Total	7 768 228,99	5 298 215,02

As vendas compreendem os montantes faturados pela venda de eletricidade à "EDP". As prestações de serviços referem-se aos serviços prestados de apoio administrativo e técnico, a diversas entidades, também elas produtoras de energia, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

6 – Custo das Matérias Consumidas

O apuramento desta rubrica resulta do seguinte:

Custo das Matérias Consumidas	31-12-2014	31-12-2013
Inventários Iniciais	30 683,80	19 990,29
Compras	3 504,31	176,40
Inventários transferidos das empresas incorporadas		12 075,72
Inventários Finais	30 672,35	30 683,80
CMVMC	3 515,76	1 558,61

7 – Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" no período em análise é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Subcontratos	669 776,43	413 799,81
Serviços Especializados	645 964,03	255 901,31
Materiais	58 366,82	9 857,69
Energia e Fluídos	49 483,75	44 391,29
Deslocações e Estadas	3 738,93	3 282,35
Serviços Diversos	801 602,15	536 756,68
Total FSE	2 228 932,11	1 263 989,13

8 – Gastos com o Pessoal

Gastos com Pessoal	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Remunerações	549 717,22	549 756,81
Encargos sobre remunerações	124 336,47	121 800,04
Seguros de acidentes no trabalho	5 985,96	6 579,50
Gastos Acção Social	34 023,30	42 571,40
Outros gastos com o pessoal	7 637,80	2 169,24
Total	721 700,75	722 876,99

	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Número médio de empregados	28	26
Número de empregados no final do ano	30	26

9 – Outros Rendimentos e Ganhos

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos e Ganhos	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Empresas Participadas-MEP		2 477 342,21
Subsídios ao Investimento	225 709,42	151 217,89
Outros	7 477,68	220 410,92
Total	233 187,10	2 848 971,02

O valor registado em “Subsídios ao Investimento” refere-se ao reconhecimento em resultados do período dos subsídios ao investimento recebidos.

A rubrica “Outros” inclui, entre outros, as verbas recebidas pelo IEFP para compensar os gastos, registados nas rubricas “Gastos com Pessoal” dos estagiários, contratados ao abrigo das portarias: 1573-B/2014 de 30 de Janeiro, 204/2013 e 375/2013, 149/B/2014 e despacho 9841-A/2014 e 149/B/2014 e despacho 9841-A/2015.

10 – Outros Gastos e Perdas

No período em análise, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Outros Gastos e Perdas	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Impostos	94 999,47	150 233,34
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas		3 725 903,03
Donativos	902 400,00	1 116 920,00
Quotizações	7 399,00	4 739,00
Protocolos	31 350,00	31 350,00
Insuficiência de Estimativa para Impostos	395 397,56	42 026,68
Ação Social	17 712,00	
Outros	47 886,31	2 949,18
Total	1 497 144,34	5 074 121,23

A rubrica “ Donativos” inclui os donativos que, por deliberação do Conselho de Administração foram atribuídos a Municípios, Juntas de Freguesia, Associações Culturais e outras entidades, da Região do Alto Tâmega.

A insuficiência verificada em relação ao valor inicialmente estimado de IRC, deve-se a um pagamento adicional, por autoliquidação, efetuado em final deste exercício, face ao teor da resposta obtida ao pedido de informação vinculativa formulado. A estimativa foi calculada considerando como custo fiscal 50% da menos valia resultante da alienação, efetuada a título gratuito, das participações sociais aos Municípios acionistas. A resposta da AT veio no sentido de toda a operação não ser fiscalmente reconhecida.

Está a Administração a ponderar apresentar a respetiva contestação.




11 – Rendimentos e Gastos Financeiros

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Rendimentos e Gastos Financeiros	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Rendimentos e Ganhos Financeiros	6 646,60	1 878,52
De depósitos Bancários	6 428,27	1 600,14
De financiamentos Concedidos a Subsidiárias	218,33	278,38
Gastos e Perdas Financeiros	118 162,67	68 720,59
De Juros e gastos similares de empréstimos obtidos	100 298,93	55 094,73
De Juros de Contratos de Locação Financeira		
De Outros Encargos Financeiros	17 863,74	13 625,86
Resultado Financeiro	-111 516,07	-66 842,07

Os rendimentos e ganhos financeiros, incluem os juros obtidos decorrentes de aplicações financeiras.

Os gastos e perdas financeiros incluem os juros, comissões, imposto de selo e outros gastos, afetos aos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.



12 – Imposto Sobre o Rendimento do Período

12.1 — Divulgação separada dos principais componentes de gasto de impostos:

Reconciliação do Imposto Estimado	PERÍODOS	
	31-Dez-2014	31-Dez-2013
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	2 225 082,74	150 323,14
Variações patrimoniais negativas	-26 073,95	-26 073,95
Acréscimos à matéria coletável	408 163,60	2 611 606,07
Deduções à matéria coletável	-349 715,00	-3 445 131,76
Matéria Coletável	2 257 457,39	-
Imposto	518 315,20	-
Resultado da liquidação	238 187,85	191 781,34
Imposto Corrente	756 503,05	191 781,34
Tributação autónoma	23 490,53	26 982,42
Derrama Municipal	33 861,86	
Derrama estadual	22 723,72	
Imposto sobre o Rendimento do Período	836 579,17	218 763,76

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, por aplicação àquela da taxa de IRC (coleta), com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da Lei (e.g., acréscimo de depreciações não aceites fiscalmente, majoração de donativos etc.), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, com viaturas ligeiras de passageiros (entre 10% e 35% de acordo com o valor das viaturas), despesas de representação (10%), e ajudas de custo e compensação por utilização de viatura própria, (5%).

Nos termos do artigo 92º do CIRC, a coleta do IRC, líquida das deduções relacionadas com benefícios fiscais, nunca poderá resultar inferior a 90% do valor que resultaria se o sujeito passivo não usufruísse desses benefícios. A aplicação deste artigo, pretende limitar o efeito

de determinados benefícios fiscais (donativos) no apuramento do IRC liquidado, por forma a que se não possa apurar uma taxa efetiva de tributação inferior a 21% (0.9*23%). No caso da EHATB, tais ajustamentos afiguram-se relevantes, tendo o valor do resultado da liquidação, pela aplicação do artigo 92º, ascendido a 238.187,85 €.

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas "IRC", cuja taxa atual é de 17%, para matéria coletável até 15.000,00 euros e de 23% para o excedente.

12.2 — Reconciliação dos Impostos Diferidos

No final do período em análise, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

Impostos Diferidos	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Amortizações não aceites fiscalmente	-1 989,70	-145,88
Desreconhecimento de ativos na transição	6 518,49	6 518,49
Impostos Diferidos Ativos	4 528,79	6 372,61
Em Subsídios	-51 913,17	-37 804,48
Impostos Diferidos Passivos	-51 913,17	-37 804,48
Total	-47 384,38	-31 431,87




12.3 – A reconciliação da taxa efetiva de IRC, nos períodos em análise, é analisada como segue:

Reconciliação da Taxa Efetiva Do Imposto	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Resultado Antes de Impostos	2 225 082,74	150 323,14
Matéria Coletável (Após regularizações)	2 257 457,39	-
Imposto Corrente	756 503,05	191 781,34
Impostos Diferidos	-47 384,38	-31 431,87
Imposto sobre o Rendimento do Período	709 118,67	160 349,47
Tributações Autônomas	23 490,53	26 982,42
Derrama (Municipal e Estadual)	80 076,11	
Taxa Efetiva de Imposto	36,52%	124,62%

13 – Ativos Fixos Tangíveis

No final do período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aquisições	Adições	Saldo Final
	31-Dez-2013			31-Dez-2014
Terrenos	59 183,03			59 183,03
Edifícios	1 632 745,21		2 918 361,69	4 551 106,90
Equip. básico	4 943 478,87		21 012 200,06	25 955 678,93
Equip. transporte	155 428,00	63 745,00		219 173,00
Equip. administrativo	248 447,15	26 722,21		275 169,36
Outros Ativos Fixos Tangíveis	314 131,99	6 757,00		320 888,99
Total	7 353 414,25	97 224,21	23 930 561,75	31 381 200,21

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Depreciações no Período	Adições	Saldo Final
	31-Dez-2013			31-Dez-2014
Terrenos	0,00			0,00
Edifícios	632 028,70	98 640,44	1 720 882,52	2 451 551,66
Equip. básico	2 038 702,02	453 341,03	12 293 271,32	14 785 314,37
Equip. transporte	135 804,25	18 546,17		154 350,42
Equip. administrativo	237 512,93	14 148,52		251 661,45
Outros	243 072,96	38 739,01		281 811,97
Total	3 287 120,86	623 415,17	14 014 153,84	17 924 689,87

Conforme referido no ponto 3.3 acima, a sociedade. EHATB, EIM, SA, que detinha 100% no capital da EEA - Empreendimento Eólico do Alvão, Lda. constituiu-se como sociedade incorporante no processo de fusão, mediante a transferência global do património detido pela mencionada sociedade para a EHATB, EIM, SA. (sociedade incorporante), nos termos do artigo 116º do Código das Sociedades Comerciais (incorporação de sociedade detida pelo menos a 90% por outra).

Do ponto de vista contabilístico, as operações da sociedade incorporada foram efetuadas por conta desta, sociedade incorporante, a partir da data de inscrição definitiva da fusão no registo comercial, o qual ocorreu no dia 31 de Outubro de 2014.

Assim, os ativos da empresa incorporada foram integrados na EHATB, do que resultou um aumento do ativo líquido, à data da fusão, no montante de euros 9.916.407,88.

Em resultado desta fusão, a rubrica "edifícios" integra, agora, os edifícios e outras construções necessárias à implantação do Parque Eólico do Alvão, acrescidos do valor estimado dos correspondentes gastos de desmantelamento. A rubrica "equipamento básico" integra agora também o Equipamento Básico (Geradores Eólicos) associados.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local, foram incluídos no custo do ativo relacionado, na rubrica "Edifícios e Outras Construções". O custo total, por simplificação, foi estimado ao valor corrente no montante de 74.207 euros, para o parque eólico da Serra de Mairos, o montante de 32.923 euros, para cada um dos parques

do Leiranco e da Casa da Lagoa e o montante de 197.785 euros, relativo ao parque Eólico do Alvão I e II. Este gasto é depreciado em cada período da mesma forma que o ativo correspondente.

Em contrapartida, foi reconhecido um passivo, porque claramente definida a obrigação, no mesmo montante, que será utilizado apenas quando os custos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Passivo.

13.1 - Investimentos Implantados em propriedade Alheia

De referir que cada um destes parques Eólicos se encontra implantado em terrenos baldios, pertencentes às juntas de freguesia da jurisdição da mesma, por esta explorados, ou explorados por conselhos diretivos ou associações de compartes, da mesma jurisdição.

Assim:

- O Parque Eólico da Serra de Mairos encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Mairos, a qual, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, celebrado em 01 de Julho de 2002 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, para instalação dos parques eólicos de Mairos I e II.
- O Parque Eólico Leiranco encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à junta de Freguesia de Sapiãos, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de Julho de 2001 cedeu ao “Município de Boticas” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico. Por contrato de cessão de posição contratual, de 26 de Junho de 2002, ao abrigo da cláusula décima segunda do mesmo contrato, o “Município

de Boticas” cedeu a sua posição à empresa “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso”.

- O Parque Eólico da Casa da Lagoa encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Associação de Compartes de Barbadães de Baixo, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de Julho de 2001 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso” os referidos terrenos baldios,” para instalação do parque eólico da Casa da Lagoa.

O Parque Eólico do Alvão está implantado em terrenos baldios pertencentes às seguintes entidades:

- Conselho Diretivo dos Baldios de Souto e Outeiro, concelho de Vila Pouca de Aguiar, que, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” cedeu os terrenos baldios descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.
- Junta de Freguesia do Alvão, constituída em 2013, no âmbito da Reforma Administrativa Nacional pela agregação das freguesias de Afonsim, Gouvães da Serra e Santa Marta da Montanha. Por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” a então Freguesia de Gouvães da Serra, cedeu os terrenos baldios, descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

Por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, a então Freguesia de Santa Marta da Montanha, cedeu os terrenos baldios, descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato,

celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

- Junta de Freguesia de Telões e Compartes dos Baldios de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar. Por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, cederam os terrenos baldios descritos no referido contrato, tendo em vista a instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por vinte e cinco anos, é prorrogado automaticamente por mais dez anos.

14 - Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aquisições	Adições	Saldo Final
	31-Dez-2013			31-Dez-2014
Programas computador	1 620	1 420,65	4 510,00	7 550,65
Propriedade industrial	13 100 519,08		300 000,00	13 400 519,08
Total	13 102 139,08	1 420,65	304 510,00	13 408 069,73

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo Inicial	Amortizações no Período	Adições	Saldo Final
	31-Dez-2013			31-Dez-2014
Programas computador	539,95	1 013,44	4 510,00	6 063,39
Propriedade industrial	8 254 155,38	589 083,57	138 180,00	8 981 418,95
Total	8 254 695,33	590 097,01	142 690,00	8 987 482,34

Ativo Líquido	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
	31-Dez-2013			31-Dez-2014
Programas computador	1 080,05	1 420,65	1 013,44	1 487,26
Propriedade Industrial	4 846 363,70	161 821,28	589 083,57	4 419 101,41
Total	4 847 443,75	163 241,93	590 097,01	4 420 588,67

Do mesmo processo, a que se fez referência no ponto anterior, resultou um aumento do ativo líquido, nesta rubrica, no montante de euros 161.820,00.

15 - Participações Financeiras

Atento o relato das operações referidas no *ponto 3.3* do presente anexo, a rubrica “Investimentos Financeiros” com a operação de fusão agora realizada, apresenta a seguinte evolução:

Participações Financeiras Método de Equivalência Patrimonial	Saldo em	Diminuições	Aumentos	Saldo em
	31-Dez-2013			31-Dez-2014
EEA - Empreendimento Eólico de Alvadia	5 819 212,51	5 819 212,51		0,00
Total	5 819 212,51	5 819 212,51	0,00	0,00

16 – Outros Ativos Financeiros

O detalhe da rubrica de "Outros Ativos Financeiros" no período em análise é o seguinte:

Outros Ativos Financeiros	Saldo em	Diminuições	Aumentos	Saldo em
	31-Dez-2013			31-Dez-2014
Fundo Compensação do Trabalho	0,00	0,00	233,64	233,64
Total	0,00	0,00	233,64	233,64

O Fundo de Compensação do Trabalho, é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores. São abrangidos os trabalhadores cujos contratos de trabalho sejam celebrados após a entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, isto é, 01 de outubro de 2013.




17 – Impostos Diferidos

Impostos Diferidos	Saldo em 31-Dez-2013	Varição no Período	Saldo em 31-Dez-2014
Reconhecimento de amortizações não aceites fiscalmente	14 005,42	23 235,13	37 240,55
Desreconhecimento de ativos na transição	6 518,48	-6 518,48	0,00
Impostos Diferidos Ativos	20 523,90	16 716,65	37 240,55
Em Subsídios	715 522,44	-159 356,41	687 581,13
Desreconhecimento de Activos		0,00	0,00
Impostos Diferidos Passivos	715 522,44	-159 356,41	687 581,13
Total	694 998,54	-176 073,06	650 340,58

18 – Clientes

O detalhe da rubrica de "Clientes" no período em análise é o seguinte:

Clientes	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Clientes Gerais	26 742,45	7 265,70
Empresas Subsidiárias		22 410,63
Total	26 742,45	40 434,65

19 - Outras Contas a Receber

O detalhe da rubrica de "Outras Contas a Receber" no período em análise é o seguinte:

Outras Contas a Receber	31-Dez-2014	31-Dez-2013
EDP - Produção Energia	2 093 312,18	510 509,74
Estado - Inspeção	321 220,15	321 220,15
Devedores P/ Acrescimo de Rendimentos	16 472,57	20 347,83
Adiantamentos ao Pessoal - Seg. Saúde	1 102,13	1 320,42
Outros Devedores Diversos	116 130,39	118 548,34
Total	2 548 237,42	971 946,48

A rubrica “Outras Contas a Receber” inclui o valor pago à Administração Fiscal em resultado da ação inspetiva externa, em sede de IVA, efetuada aos exercícios de 2008 e 2009, que de acordo com a A. T. foi deduzido indevidamente. Desta decisão, e após o indeferimento da reclamação graciosa apresentada, o Conselho de Administração decidiu interpor recurso judicial. A inquirição de testemunhas está marcada para o dia 22 de Junho de 2015.

A rubrica “Outros Devedores Diversos” inclui o montante de 111.325,18 euros em resultado de desconhecimento do ativo financeiro associado à participação detida na Hidroelétrica de Mosteirão. Não se nos afigura bem determinável o valor recuperável deste ativo.

20 – Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” apresenta o seguinte detalhe:

Gastos a Reconhecer	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Seguros	47 285,62	30 374,53
Protocolo de Contrapartidas	367 664,00	399 014,00
Contratos cessão de exploração	12 250,07	24 250,00
Contratos Manutenção - ENERCON	57 608,62	57 043,64
Baterias e Condensadores - Alvão	43 411,83	
Outros	1 132,21	3 027,60
Total	529 352,35	513 709,77

- a) Em “Protocolos de contrapartidas” estão contabilizados valores a reconhecer em gasto dos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras, atribuídas aos Municípios, em resultado da renúncia à prossecução da atividade de produção de energia conforme contratos programa celebrados em 2007. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do Empreendimento Hidroelétrico de Bragadas.

- b) Em “Contratos de cessão de exploração” estão contabilizadas as rendas, já pagas, a diversas juntas de freguesia e concelhos diretivos a reconhecer em gasto dos próximos exercícios, conforme contratos de cessão de exploração celebrados, com vista ao estudo de potencial eólico. O valor diferido teve em conta o período de três anos.
- c) O valor registado na rubrica “Outros” diz respeito ao pagamento efetuado à “ENERCON” decorrente dos contratos, “ Full Guarantee & Warranty / Maintenance & Service” com ela celebrado, para manutenção dos parques eólicos de Mairós I, Mairós II, Leiranco, Casa da Lagoa e Parque Eólico do Alvão, cujo vencimento ocorrerá no próximo exercício.

21 – Capital Próprio

No final do período, o capital social da EHAATB encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 180.000 ações com o valor nominal de 5 €, é detido pelas entidades de acordo com o seguinte detalhe:

	%	Nº de Ações	Valor
Município de Boticas	16,66	30	150.000 €
Município de Chaves	16,66	30	150.000 €
Município de Montalegre	16,66	30	150.000 €
Município de Ribeira de Pena	16,66	30	150.000 €
Município de Valpaços	16,66	30	150.000 €
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	30	150.000 €
TOTAL	100	180	900.000 €

E era decomposto como segue:

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Inicial 31-Dez-2013	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-2014
Capital Social	900 000,00			900 000,00
Reservas:	2 264 597,47	1 002 893,60	0,00	3 267 491,07
Reservas Legais	1 118 811,18			1 118 811,18
Outras Reservas	130 243,08			130 243,08
Reservas de Fusão	1 015 543,21	1 002 893,60		2 018 436,81
Resultados Transitados	3 212 676,02	4 928 798,30	2 569 229,39	5 572 244,93
Ajustamentos em Ativos Financeiros	2 603 897,17		2 603 897,17	0,00
Outras Variações nos Capitais Próprios	2 146 567,39	477 158,68	37 111,32	2 586 614,75
Resultado Líquido do Exercício	-37 007,90	1 435 887,95	-37 007,90	1 435 887,95
TOTAL	11 090 730,15	7 844 738,53	5 173 229,98	13 762 238,70

As variações decorrentes das operações a que temos vindo a aludir e descritas no ponto 3.3 deste anexo, provocaram as seguintes variações positivas nos Capitais Próprios:

CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Reservas de Fusão	1 002 893,60
Resultados Transitados	4 922 279,81
Outras Variações no Capital Próprio	477 158,68
TOTAL	6 402 332,09

O valor que foi afeto a reservas de fusão corresponde aos valores de capitais próprios que não se mostravam, nos termos legais, distribuíveis a sócios, à data do registo da fusão.

22 - Outras Contas a Pagar – Não Correntes

Outras Contas a Pagar	31-Dez-2013	Reforço	31-Dez-2014
Provisões - Processos Judiciais em Curso	327 441,49	10 000,00	337 441,49
Gastos de Desmantelamento	140 053,00	197 785,00	337 838,00
Total	467 494,49	207 785,00	675 279,49

Em resultado de uma ação inspetiva tributária, foram efetuados ajustamentos em sede de IVA aos exercícios de 2008 e 2009. Face ao ambiente fiscal e orçamental que se atravessa, considerou-se prudente a constituição de provisão, pela totalidade do risco.

A rubrica “Gastos de desmantelamento” integra os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local que foram incluídos no custo do ativo relacionado, conforme nota 13 acima.

23 - Financiamentos Obtidos

23.1 - Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo

No período em análise a dívida corrente e não corrente apresenta o seguinte detalhe:

Financiamentos Obtidos	Início	Fim	31-Dez-2014		31-Dez-2013	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
EHAATB - Bragadas	2003	2018	2 385 555,19	954 222,06	3 339 777,26	954 222,06
Parque Eólico de Mairós	2007	2017	537 363,62	268 681,82	806 045,44	268 681,82
Parque Eólico da Casa da Lagoa	2007	2017	112 054,53	56 027,28	168 081,80	56 027,28
Parque Eólico do Leiranco	2007	2017	131 687,25	65 843,64	197 530,88	65 843,64
Parque Eólico do Alvão	2003	2016	417 176,31	417 176,29		
Outros Empréstimos Obtidos						
MLP - IAPMEI	2006	2015		225 961,00		
Total			3 583 836,90	1 987 912,09	4 511 435,38	1 344 774,80

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a longo prazo, para financiamento da construção dos diversos centros produtores de energia, a saber:

CGD – 10.973.554 € - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Em 2005 foram renegociados os empréstimos existentes, para um montante global de 11.586.537 € em duas linhas de crédito, uma já totalmente saldada e outra de 10.973.554 € com prazo de 13 anos (até Abril de 2018), dos quais dois foram de carência. A amortização deste empréstimo teve início em Abril de 2007 amortizando anualmente 954.222€, em duas prestações semestrais, sendo remunerado à Euribor a 6 meses, em vigor na data do início de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,08%;

CGD MLP – 2.955.500 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Mairos. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 134.341 euros e teve início em Março de 2007.

CGD MLP – 724.280 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Leiranco. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 32.921 euros e teve início em Março de 2007.

CGD MLP – 616.300 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico da Casa da Lagoa. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização teve início em Março de 2007, é semestral, amortizando anualmente 56.027,28 €.

CGD A1 e A3 – 5.840.468 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico do Alvão I. O prazo deste empréstimo é de quinze (15) anos. A Amortização deste empréstimo teve início em Fevereiro de 2003, com periodicidade semestral, num total anual de 417.176,28 €.

IAPMEI - Na sequência da candidatura apresentada, na Direção Geral de Energia foi concedido, em 2002, um incentivo financeiro, para financiamento do projeto Alvão I no montante de 4.320.000 €. Este incentivo, é composto por duas parcelas: uma reembolsável no montante de 4.020.000 € e outra não reembolsável, no montante de 300.000 €. A parte reembolsável, em 18 semestralidades, teve início em Dezembro de 2006, e amortiza anualmente o montante de 451.921,58 €.



23.2 - Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo amortizado

No período em análise a dívida corrente e não corrente apresenta o seguinte detalhe:

Financiamentos Obtidos	Início	Fim	31-Dez-2014		31-Dez-2013	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
Empréstimo	2013	2019	2 945 986,00	726 906,00		
Gastos de Financiamento	2013	2019	-135 773,77			
	Total		2 810 212,23	726 906,00	0,00	0,00

CGD A4 4.000.000,00 – destinado exclusivamente a financiar a contrapartida de 5.100.000,00 euros da amortização das quotas detidas pela Finerge no capital social da EEA, a qual por fusão passou a integrar a EHATB, conforme o descrito nos pontos 3.3 acima. Este empréstimo vence juros à taxa EURIBOR a seis meses, cotada no segundo dia útil imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescido de um SPREAD de 3,5%. O reembolso deste empréstimo será efetuado em doze prestações semestrais com início em fevereiro de 2014 e termino em Agosto de 2019.

24 – Fornecedores

No período em análise, a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

Fornecedores	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Fornecedores Conta Corrente	102 762,69	172 874,05
Total	102 762,69	172 874,05



25 – Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" no período em análise é o seguinte:

Estado e Outros Entes Públicos	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Imposto sobre o valor acrescentado		17 961,36
IRC a Recuperar		33 331,04
Pagamento especial por conta a recuperar		33 331,04
EOEP Ativos	0,00	51 292,40
IRC a Pagar	824 444,41	304 979,51
Imposto sobre rendimento das pessoas singulares	10 169,08	7 737,62
IVA a pagar	271 105,26	138 030,99
Contribuições para a segurança social	15 336,20	13 339,51
EOEP Passivos	1 121 054,95	464 087,63

26 - Outras Contas a Pagar

O detalhe da rubrica "Outras Contas a Pagar" no final do período é o seguinte:

Outras Contas a Pagar	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Remunerações a Liquidar - Férias + Sub. Férias	86 618,98	82 413,37
Juros a Liquidar	86 535,22	16 395,14
Garantias	2 149,11	2 149,11
Outros Credores Por Acréscimo de Gastos	119 820,54	31 771,02
Total	295 123,85	132 728,64

A Rubrica "Outros Credores por Acréscimo de Gastos" compreende, entre outros, os seguintes:

- Montante a pagar às juntas de freguesia de Santa Marinha, Santo Aleixo e Gondiaães decorrente do reconhecimento do valor das rendas de produção do A. H. de Bragadas;
- Montante a apagar aos Municípios de Boticas, Chaves, e Vila Pouca de Aguiar decorrente

do reconhecimento das taxas de produção relativas ao mês de dezembro do parque Eólicos: Leiranco, Mairós, Casa da Lagoa e Alvão;

- Montantes assumidos com a execução de contratos programa, ainda em fase de conclusão.

27 - Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Em cumprimento do art.º 66.ºA do Código das Sociedades Comerciais, divulgamos no seguinte quadro os honorários faturados pelos revisores oficiais de contas da empresa:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31-Dez-2014	31-Dez-2013
Revisão legal das contas	16 948,00	15 200,00
Totais	16 948,00	15 200,00

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade EHATB, EIM. S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta. Os administradores não são remunerados.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade EHATB, EIM S.A., não possui quaisquer ações próprias nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa ao setor público estatal nem à segurança social, e que os saldos em aberto no final do período, correspondem a retenções

na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento é efetuado no mês de janeiro.

28 - Compromissos Financeiros Assumidos, Não Incluídos no Balanço

A fim de garantir os empréstimos bancários de longo prazo foi dado pelos Acionistas, como garantia à CGD:

- Penhora das ações por eles detidas;
- Penhor sobre a conta de depósitos, correspondente à conta de Reserva do Serviço da Dívida, bem como;
- Manter um Rácio de Autonomia Financeiro mínimo de 25%. Comprometeu-se ainda a apresentar um Rácio de Cobertura Anual do Serviço Dívida (RCASD) igual ou superior a 1,1:1, enquanto se encontrarem por satisfazer quaisquer créditos à CGD.
- Não distribuir e pagar dividendos e/ou reservas livres, reembolsar empréstimos subordinados e pagar os respetivos juros, bem como pagar comissões de gestão ou qualquer outra forma de remuneração do capital, salvo se cumulativamente:
 - Não se verificar qualquer situação de incumprimento do contracto;
 - Não seja utilizada para aquele efeito qualquer linha de crédito;
 - O RCASD seja igual ou superior a 1,2:1;
 - For respeitada a “afetação prioritária de cash-flow”, ou seja, o critério de aplicação do cash flow antes da função financeira obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
 - Pagamento do Serviço da Dívida
 - Contribuições para a cobertura da Conta Reserva do Serviço da Dívida;
 - Remuneração do Capital Acionista
 - A remuneração do capital acionista seja dimensionada até ao limite necessário exigido para a manutenção dos Rácios do Projeto;

- Se tenha iniciado o reembolso do capital devido à CGD.
- Constituir a favor da CGD penhor sobre todo o equipamento que venha a fazer parte da sua exploração comercial e industrial;

29 - Descrição Das Responsabilidades Da Empresa Por Garantias Prestadas

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

- Município de Ribeira de Pena - 3.600 €
A fim de garantir o valor de 5% do valor adjudicado pelo Município de Ribeira de Pena relativamente à "Gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia". Desde 1995.
- Direção Geral de Energia e Geologia - 573.618 €;
Para garantir, até ao valor de 5% do montante global do investimento, a execução das obras hidráulicas e da central destinada ao A. H. de Bragadas.
- IAPMEI - 1.512.000 €
Com a finalidade de constituição duma caução sobre o montante dos incentivos financeiros que o IAPMEI concedeu á EEA ao abrigo do POE – MAPE, regulado pela portaria n.º 383/2002. Esta garantia tem a duração de 144 meses, cobrando a CGD uma comissão de 1,75% ao ano, calculada sobre o montante garantido. O valor desta garantia era em 31 de Dezembro de 2014 de 79.086,24 € - Correspondente a 35% do capital em dívida, que era de 225.960,69 euros.

30 – Processos Judiciais em Curso

No decurso dos exercícios de 2010 e 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeções Tributárias aos exercícios de 2008 e 2009. Na sequência destas inspeções, foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao pagamento, das liquidações apresentadas.

Relativamente à ação, referente ao exercício de 2008, está marcada a audiência de testemunhas para o próximo mês de Junho.

A EHATB, EIM, Sa. é Ré na ação 12/15.0T8VPA, que opõe o Conselho Diretivo de Baldios de Vidoedo contra a freguesia do Alvão (agregação das freguesias de Afonsim, Gouvães da Serra e Santa Marta da Montanha).

Esta ação aproveita todos os efeitos da ação 404/13.9TBVPA, na qual o Conselho Diretivo de Baldios de Viduedo pretende que lhe seja reconhecido em exclusivo a administração dos terrenos integrados na unidade de baldios de Viduedo, onde segundo estes se encontram instaladas duas torres eólicas, e por isso caber-lhes a eles receber o valor da renda a que alude o contrato constituição de direito de superfície sobre os terrenos baldios celebrado entre a EEA e a extinta freguesia de Santa Marta da Montanha, agora freguesia do Alvão.

A EHATB tem, também, pendente uma ação de impugnação relativa ao resultado da 2ª avaliação, efetuada pela AT, para efeitos de inscrição matricial, de todos os Parques Eólicos, bem como da liquidação do IMI, a eles relacionado, relativos a anos anteriores.

Uma vês que todas as liquidações apresentadas foram pagas, a responsabilidade da EHATB, subsume-se ao pagamento dos honorários a liquidar à Sociedade de Advogados ABCC-Sociedade de Advogados, RL, e das custas do processo.

O Conselho de Administração da EHATB, EIM. SA., em reunião de 10 de Março aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014.

Chaves, 10 de Março de 2015.

A Técnica Oficial de Contas



Maria Leonor Ferreira Marques

(TOC 40235)

A Administração



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida



António Alberto Pires Aguiar Machado



Rui Manuel Vaz Alves, Presidente



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhamos a atividade da EHATB - EMPREENHIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., durante o exercício de dois mil e catorze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

Em 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei n.º 50/2012, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Tal como se divulga nos documentos acima referenciados, considerando as suas especificidades, continua a Empresa a proceder às necessárias adaptações em diferentes áreas, designadamente no controlo operacional, verificação de processos, orçamentos e gestão previsional.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, damos nota que foi cumprida, pela Empresa, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2014, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Ribeira de Pena, 12 de março de 2015

O Fiscal Único

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc n.º 622)





Handwritten signature: Patrício

Handwritten signature: Valente

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de balanço de 25.752.908 euros e um total de capital próprio de 13.762.239 euros, incluindo um resultado líquido de 1.435.888 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Handwritten signature: Patrício



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

T.3
fulker

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, temos a referir o seguinte:

- 9.1. Na sequência da publicação da Lei 50/2012, no sentido de a fazer cumprir, a EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A. tem vindo a atravessar um processo reorganizativo.

Após a alienação, aos municípios acionistas, a título gratuito, de um conjunto de participações sociais detidas pela Empresa, verificou-se, ainda em 2013, uma fusão por incorporação de todos os ativos e passivos detidos pelas sociedades participadas: Eólica de Barbadães Unipessoal, Lda, Eólica do Leiranco, Unipessoal, Lda e Eólica da Serra de Mairós, Unipessoal, Lda.

Em 31 de outubro de 2014, foi concluída, com o registo definitivo, uma outra fusão por incorporação da participada EEA - Empreendimento Eólico de Alvadia, EIM, Lda.

Consequentemente, tal como refere o relatório de gestão, a estrutura das demonstrações financeiras sofreu significativas alterações, em particular a nível do seu volume de negócios, da composição dos seus ativos não correntes, e dos montantes de financiamentos obtidos, que foram acompanhados pelo reforço dos capitais próprios.

- 9.2. Conforme divulgado nas notas finais do relatório de gestão e na nota 30 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de duas ações inspetivas tributárias que incidiram sobre os exercícios de 2008 e 2009, resultaram correções ao IVA dedutível desses exercícios. Considerando a evolução dos processos de reclamação, por cautela, estão constituídas provisões nos montantes correspondentes aos valores já pagos dos exercícios de 2008 e 2009.

Ribeira de Pena, 12 de março de 2015

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)